

GUILHERME MADEIRA DEZEM

CURSO DE PROCESSO PENAL

8ª edição
revista, atualizada e ampliada

NOVIDADES DESTA EDIÇÃO

+ de 30 videoaulas do autor, sendo mais de 15 inéditas.
Atualização garantida com novas leis tratadas neste livro e
publicadas até o dia 01/07/2022.



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo poro Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dezem, Guilherme Madeira

Curso de processo penal / Guilherme Madeira Dezem. -- 8. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5991-455-5

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

21-92386

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Nota do Autor.....	5
Nota do autor à 2.º Edição.....	9
Nota do autor à 3.º Edição.....	11
Nota do autor à 4.º Edição.....	13
Nota do autor à 5.º Edição.....	15
Nota do autor à 6.º Edição.....	17
Nota do autor à 7.º Edição.....	19
Nota do autor à 8.º Edição.....	21
Capítulo 1. Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	60
Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal.....	70
2.1. Noções gerais.....	71
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o Controle de convencionalidade das leis.....	73
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal	73
2.3. Fontes do Processo Penal	78
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal.....	79
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal	81
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	83
2.4.1. Interpretação extensiva.....	84

2.4.2.	Analogia e interpretação analógica	85
2.4.3.	Princípios gerais do Direito	88
2.5.	Controle de convencionalidade	88
Capítulo 3.	Sistemas processuais penais	96
3.1.	Sistema - noção e importância	97
3.2.	Sistema inquisitivo	102
3.3.	Sistema acusatório	105
3.4.	Sistema misto	111
3.5.	Sistema acusatório e pacote anticrime	113
Capítulo 4.	Princípios do processo penal	118
4.1.	Princípios - noção e importância	119
4.2.	Princípio da ampla defesa	120
4.2.1.	Autodefesa	121
4.2.1.1.	Autodefesa e acusado estrangeiro	124
4.2.2.	Defesa técnica.....	125
4.3.	Princípio do acesso à justiça criminal	129
4.4.	Princípio do contraditório	132
4.5.	Princípio do devido processo legal.....	135
4.6.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	140
4.7.	Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	144
4.8.	Princípio da duração razoável do processo	146
4.8.1.	Origem.....	147
4.8.2.	Noção e critérios.....	147
4.9.	Princípio da economia processual	149
4.10.	Princípio da iniciativa das partes	150
4.11.	Princípio do impulso oficial.....	150
4.12.	Princípio da isonomia	151
4.13.	Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	152
4.14.	Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	155
4.15.	Princípio da motivação das decisões	157

4.16.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	160
Capítulo 5.	A aplicação da lei processual penal	164
5.1.	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo...	165
5.2.	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	167
5.3.	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência.....	168
5.4.	Lei processual penal no espaço	170
Capítulo 6.	Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	174
6.1.	Investigação preliminar: noção e formas.....	176
6.1.1.	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	176
6.1.2.	A investigação pelo Ministério Público	178
6.1.2.1.	Acordo de Não Persecução Penal	183
6.1.3.	A investigação no Juizado Especial Criminal.....	199
6.1.4.	Inquérito Civil.....	200
6.1.5.	A investigação defensiva.....	200
6.2.	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções.....	202
6.2.1.	Polícia Federal.....	203
6.2.2.	Demais polícias e Detetive Particular	206
6.3.	Inquérito policial.....	208
6.3.1.	Noção e natureza jurídica	208
6.3.2.	Características	210
6.3.2.1.	Procedimento escrito	210
6.3.2.2.	Procedimento sigiloso.....	211
6.3.2.3.	Procedimento indisponível	217
6.3.2.4.	Procedimento obrigatório.....	217
6.3.2.5.	Procedimento dispensável	218
6.3.2.6.	Caráter discricionário da investigação.....	218
6.3.2.7.	Caráter inquisitivo	219
6.3.2.7.1.	Defesa no inquérito policial e o Pacote Anticrime.....	222

	6.3.2.8.	Caráter oficial	227
	6.3.2.9.	Caráter oficioso	227
	6.3.2.10.	Caráter transitório.....	227
	6.3.3.	Finalidade do Inquérito Policial e destinatários.....	228
	6.3.4.	A presidência do Inquérito Policial.....	228
	6.3.5.	O valor probatório do inquérito	233
6.4.		Início do inquérito policial	236
	6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	236
	6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial	238
	6.4.1.2.	<i>Whistleblower</i>	239
	6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal	241
	6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	242
	6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento	243
	6.4.5.	Auto de prisão em flagrante.....	244
	6.4.6.	De ofício - Portaria	244
	6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada	244
	6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial.....	245
6.5.		Desenvolvimento do inquérito policial.....	246
	6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos	247
	6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito	248
	6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária	254
	6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso	255
	6.5.4.	Indiciamento.....	257
	6.5.4.1.	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	258
	6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento	259
	6.5.5.	A identificação criminal	262
	6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	262

6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal	263
6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações: o caderno de fotos e a cadeia de custódia.....	267
6.5.6.	Indiciado menor - nomeação de curador	269
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões	269
6.5.8.	Requisição administrativa.....	270
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função).....	271
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas	275
6.6.	O encerramento do inquérito policial	280
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	281
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	281
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial.....	285
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	288
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento.....	290
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário	291
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial.....	293
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas	298
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente...	302
6.9.	Juiz de garantias e o novo modelo de arquivamento da investigação preliminar	304
6.9.1.	Juiz de Garantias.....	304
6.9.1.1.	Noções gerais e (in)constitucionalidade	304
6.9.1.2.	Competência e repercussões processuais.....	305
6.9.1.3.	Cessaçã o da competência, acautelamento dos autos e outras medidas.....	313
6.9.1.4.	Impedimento do juiz de garantias	316

6.9.1.5.	Juiz de garantias e direito intertemporal.....	317
6.9.2.	Novo regime de arquivamento do inquérito policial.....	318
Capítulo 7.	Ação penal e Pressupostos Processuais	322
7.1.	Considerações iniciais	323
7.2.	Classificação da ação penal	324
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	329
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	331
7.4.1.	Noções gerais	331
7.4.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	334
7.4.3.	Interesse de agir	336
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	338
7.4.5.	Justa causa para a ação penal	339
7.4.6.	A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	342
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade.....	343
7.4.8.	A originalidade como condição da ação.....	344
7.4.9.	Pressupostos processuais	345
7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada	348
7.5.1.	Noção e identificação	348
7.5.2.	Princípios	348
7.5.3.	Legitimidade ativa.....	355
7.5.4.	Veículo.....	355
7.6.	Ação penal pública condicionada.....	355
7.6.1.	Noção e identificação	355
7.6.2.	Princípios	356
7.6.3.	Legitimidade	356
7.6.4.	Veículo.....	356
7.6.5.	Representação	357
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação.....	357

7.6.5.2.	Legitimado ativo	358
7.6.5.2.1.	Sucessão processual.....	359
7.6.5.3.	Destinatários da representação	361
7.6.5.4.	Prazo da representação	362
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação	362
7.6.5.6.	Retratação da representação	363
7.6.5.7.	Não vinculação da representação....	364
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça.....	365
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime.....	367
7.7.	Ação penal de iniciativa privada	369
7.7.1.	Noção, espécies e identificação.....	369
7.7.2.	Princípios	370
7.7.3.	Legitimidade ativa.....	372
7.7.3.1.	Sucessão processual	374
7.7.4.	Veículo.....	374
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime	374
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima....	377
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública ou Supletiva	377
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública.....	381
7.8.	Denúncia e queixa-crime	382
7.8.1.	Requisitos.....	382
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa.....	384
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime....	388
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime.....	391
7.8.3.	Aditamento da denúncia	393
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime.....	395
7.9.	Extinção da punibilidade	397

7.10.	Ação penal em espécie.....	402
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas.....	403
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual.....	406
7.10.3.	Crimes contra a honra	409
7.10.4.	Crimes de trânsito – Lei 9503/97.....	410
7.10.5.	Estelionato.....	410
Capítulo 8.	Ação civil.....	412
8.1.	Considerações gerais	413
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil	413
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado.....	417
8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões	424
8.5.	Legitimidade do Ministério Público	433
Capítulo 9.	Competência.....	436
9.1.	Noções gerais e definição.....	437
9.2.	Classificação e espécies de competência.....	440
9.3.	Garantia do juiz natural.....	446
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei	449
9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto.....	451
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ	452
9.3.4.	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal	453
9.3.5.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	454
9.3.6.	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento ...	454
9.4.	Princípio do <i>kompetenz-kompetenz</i>	455
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	456
9.6.	Competência internacional.....	458

9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	459
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria	472
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes.....	473
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária...	476
9.8.	Competência constitucional de justiça especializada	479
9.9.	Competência da Justiça Federal	495
9.9.1.	Generalidades	495
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988	499
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988	499
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	501
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V	509
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109.....	513
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	515
9.9.8.	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, incs. VII e VIII	518
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	520
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, X	522
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, XI	523
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	525
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual.....	527
9.10.	Competência territorial.....	527
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP.....	527
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70	529

9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu.....	531
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	532
9.11.	Competência de juízo – Natureza da infração, distribuição, prevenção.....	537
9.12.	Causas de modificação da competência – Conexão e continência	539
9.12.1.	Hipóteses de conexão.....	540
9.12.2.	Hipóteses de continência	543
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência	544
9.12.4.	Foro prevalente	547
9.12.5.	Prorrogação de competência.....	548
Capítulo 10. Das questões e processos incidentes.....		550
10.1.	Noções gerais.....	551
10.2.	Questões prejudiciais.....	553
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica	553
10.2.2.	Classificações	556
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas	556
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas.....	557
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas	558
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial	558
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória.....	559
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa	562
10.3.	Exceções.....	565
10.3.1.	Generalidades	565
10.3.2.	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	568
10.3.2.1.	Generalidades	568
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento	569
10.3.2.3.	Legitimados ativos	570
10.3.2.4.	Procedimento	571

10.3.2.5.	Recurso	575
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial	576
10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo	578
10.3.3.1.	Generalidades	578
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção	579
10.3.3.3.	Procedimento da exceção	580
10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada.....	581
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas	583
10.3.5.1.	Generalidades	583
10.3.5.2.	Requisitos	584
10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação	585
10.3.6.	Incidente de falsidade	586
10.3.6.1.	Generalidades	586
10.3.6.2.	Procedimento	588
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado	590
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento.....	590
10.3.7.2.	Procedimento.....	593
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal	595
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais)	597
10.4.1.	Considerações gerais	597
10.4.2.	Sequestro.....	603
10.4.2.1.	Bens e finalidade.....	603
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	605
10.4.2.3.	Levantamento	607
10.4.2.4.	Defesa.....	609
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública – Dec.-lei 3.240/1941	612
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal.....	614

10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento.....	614
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	615
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa.....	616
10.4.4.	Arresto.....	617
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos.....	617
10.4.4.2.	Revogação, Levantamento e defesa....	618
10.4.5.	Quadro-resumo.....	619
Capítulo 11.	Provas no processo penal.....	620
11.1.	Prova: importância e acepções do vocábulo.....	623
11.2.	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções.....	626
11.2.1.	Procedimento probatório e direito à prova.....	631
11.2.1.1.	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório.....	632
11.2.1.2.	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova.....	633
11.3.	Princípios aplicáveis à prova.....	634
11.3.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	634
11.3.2.	Princípio da aquisição ou comunhão de prova.....	635
11.3.3.	Princípio da oralidade.....	635
11.3.4.	Princípio da verdade real.....	636
11.3.5.	Princípio da liberdade probatória.....	638
11.3.6.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	639
11.3.7.	Princípio da presunção de inocência.....	643
11.3.8.	Princípio da audiência contraditória.....	646
11.4.	Ônus da prova.....	646
11.5.	Poderes instrutórios do juiz.....	649
11.5.1.	Princípio da proporcionalidade.....	651
11.5.1.1.	Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF.....	652

11.6.	Prova emprestada.....	653
11.6.1.	A prova emprestada e seu valor probatório.....	655
11.6.2.	Prova emprestada e crimes da competência do júri	656
11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	657
11.8.	Sistemas de apreciação das provas	660
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz).....	660
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	662
11.8.3.	Sistema do livre convencimento (persuasão racional, convencimento racional)	663
11.9.	Limites ao direito à prova	665
11.10.	Prova ilícita	666
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008	666
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008	668
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008 ...	670
11.10.2.1.	O juiz contaminado	674
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	676
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	676
11.10.3.2.	Exceção de impugnação.....	677
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo	677
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova	678
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade.....	678
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	680
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i>	682
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	684
11.11.	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada	688
11.11.1.	Teoria da fonte independente.....	689
11.11.2.	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente)	691

11.11.3. Teoria do nexo causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído)	693
11.12. Prova típica e atípica: noção	695
11.13. Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	702
11.14. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral - Arts. 158 a 184 do CPP	707
11.14.1. Noções gerais.....	707
11.14.2. Terminologia.....	708
11.14.3. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	709
11.14.4. Modalidades de exame de corpo de delito	711
11.14.5. Peritos - Generalidades.....	714
11.14.5.1. Classificação dos peritos.....	715
11.14.5.2. A exigência da realização do exame por um perito - Análise histórica e atual.....	715
11.14.5.3. Ausência de peritos oficiais.....	717
11.14.6. Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos.....	718
11.14.7. Indicação de assistentes técnicos	719
11.14.8. Realização da perícia	722
11.14.9. Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório.....	724
11.14.10. Autópsia	725
11.14.11. Exumação.....	725
11.14.12. Exame de local de crime	726
11.14.13. Exame de delito e lesões corporais.....	726
11.14.14. Exames laboratoriais.....	727
11.14.15. Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada.....	727
11.14.16. Laudo de avaliação.....	728
11.14.17. Exame de local de incêndio.....	728
11.14.18. Exame grafotécnico	729
11.14.19. Exame dos instrumentos do crime	730
11.14.20. Perícias não previstas em lei.....	730

11.14.21. Cadeia de custódia	732
11.15. Interrogatório	739
11.15.1. Noção e natureza jurídica	739
11.15.2. Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio	741
11.15.3. Condução coercitiva em caso de ausência do réu	743
11.15.4. Interrogatório da pessoa jurídica	744
11.15.5. Local do interrogatório	745
11.15.6. Características do interrogatório	748
11.15.7. O procedimento do interrogatório e seu conteúdo....	749
11.15.7.1. O momento do interrogatório na audiência	749
11.15.7.2. Providências preparatórias.....	751
11.15.7.3. O ato do interrogatório	751
11.15.7.4. Qualificação e advertência prévia do interrogatório	752
11.15.7.5. Início do interrogatório e suas modalidades	753
11.15.7.6. Modalidades especiais de interrogatório	758
11.15.8. Renovação do interrogatório.....	759
11.16. Confissão	759
11.16.1. Noção, natureza jurídica e fonte	759
11.16.2. Espécies de confissão	760
11.16.3. Requisitos da confissão	761
11.16.4. Características da confissão	761
11.16.5. Valor da confissão	762
11.17. Ofendido	763
11.17.1. Noção e natureza jurídica	763
11.17.2. Procedimento e contraditório	764
11.17.2.1. O ofendido e o falso testemunho	765
11.17.3. Diferenças entre testemunha e vítima	765
11.17.4. Valor probatório das declarações do ofendido	765
11.17.5. Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	766

11.18. Prova Testemunhal.....	773
11.18.1. Noções gerais.....	773
11.18.2. Natureza jurídica, legitimados, valor	775
11.18.3. Classificação das testemunhas.....	775
11.18.4. Procedimentos em relação à testemunha (mo- mento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	778
11.18.5. Deveres da testemunha	780
11.18.6. Número máximo de testemunhas.....	783
11.18.7. Procedimento para a produção da prova testemu- nhal – <i>Direct</i> e <i>cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral	784
11.18.8. Capacidade de ser testemunha.....	788
11.19. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	792
11.19.1. Noção, natureza jurídica e espécies	792
11.19.2. Procedimento para o reconhecimento	793
11.19.3. Reconhecimento coletivo ou em grupo.....	798
11.19.4. Reconhecimento fotográfico	798
11.20. Acareação.....	804
11.20.1. Noção, natureza jurídica e momento.....	804
11.20.2. Pressupostos da acareação.....	805
11.20.3. Sujeitos da acareação.....	806
11.20.4. Procedimento da acareação.....	807
11.20.5. Valor probatório da acareação e obrigatori- dade	808
11.21. Documentos	809
11.21.1. Noção e classificação	809
11.21.2. Produção da prova documental.....	810
11.21.3. Limitação à produção da prova documental	811
11.21.4. O juiz e a produção da prova documental	812
11.21.5. Documentos estrangeiros e validade do documen- to particular.....	812
11.21.6. Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	813
11.22. Indícios.....	814
11.22.1. Generalidades e noção.....	814

11.22.2.	Indícios e presunções	814
11.22.3.	Valor probatório dos indícios	815
11.23.	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	817
11.23.1.	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	819
11.23.2.	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor.....	825
11.24.	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa).....	829
11.24.1.	Busca e apreensão	830
11.24.1.1.	Generalidades e natureza jurídica.....	830
11.24.1.2.	Objeto da busca.....	831
11.24.1.3.	Busca domiciliar.....	832
11.24.1.4.	Busca pessoal	840
11.24.1.5.	Busca em veículo e em celular.....	841
11.24.1.6.	Busca em escritório de advocacia e em prédio	846
11.24.1.7.	Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado)	850
Capítulo 12.	Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	854
12.1.	Noções gerais.....	855
12.2.	Juiz.....	856
12.2.1.	Forma de seleção de magistrados	858
12.2.2.	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	860
12.2.3.	O Código de Ética da Magistratura.....	861
12.2.4.	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes	863
12.3.	Ministério Público.....	871
12.3.1.	Forma de seleção de promotores	873
12.3.2.	Funções do Ministério Público	873
12.3.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores	875
12.4.	Autoridade Policial	877
12.5.	Acusado	878

12.5.1.	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes	878
12.5.2.	Revelia	878
12.6.	Defesa técnica	881
12.6.1.	Defensor Particular	882
12.6.2.	Defensor Público	883
12.6.2.1.	Forma de seleção de defensores	883
12.6.2.2.	Funções da Defensoria Pública	884
12.6.2.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	885
12.7.	Ofendido	887
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação	887
Capítulo 13.	Medidas cautelares pessoais	892
13.1.	Teoria geral das medidas cautelares pessoais.....	894
13.1.1.	Considerações gerais e espécies	894
13.1.2.	Características das medidas cautelares	900
13.1.3.	Medidas cautelares pessoais - os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica	908
13.1.3.1.	Princípio da Presunção de Inocência	908
13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	910
13.1.4.	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP	914
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva - Art. 282, I e II e § 6º	915
13.1.4.2.	Cumulatividade	919
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório	921
13.1.4.4.	Contraditório prévio	926
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais.....	927
13.2.	Prisão.....	928
13.2.1.	Considerações gerais	928

13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida precautelada)	929
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	931
13.2.4.	Imunidades Prisionais	954
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada	967
13.2.6.	Mandado de prisão – arts. 285 a 289-A <i>red notice</i> (difusão vermelha)	969
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	972
13.2.7.	Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do índio	974
13.3.	Prisão em flagrante	977
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante	977
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante	979
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal.....	979
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado.....	982
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	985
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	987
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante	991
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada).....	993
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	995
13.4.1.	Considerações gerais	995
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva	996
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.....	997
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva....	998

13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições.....	999
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	1007
13.4.7.	Fundamentos da prisão preventiva	1012
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública.....	1012
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica	1016
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.....	1018
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	1019
13.4.9.	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011	1022
13.4.10.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva....	1024
13.4.11.	Prisão cautelar para a extradição.....	1025
13.5.	Prisão temporária	1027
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária	1028
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	1035
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação.....	1036
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva	1038
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar...	1039
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão) ...	1045
13.8.	Liberdade provisória.....	1057
13.8.1.	Considerações gerais	1057
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites	1059
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória	1060
13.8.4.	Liberdade provisória vedada.....	1061
13.8.5.	Liberdade provisória possível.....	1065
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	1065
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares.....	1069

13.8.7.	Liberdade provisória com fiança.....	1069
13.8.7.1.	Comentários Gerais.....	1069
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado.....	1070
13.8.7.3.	Arbitramento da fiança.....	1070
13.8.7.4.	Procedimento da fiança.....	1073
13.8.7.5.	Deveres decorrentes da fiança.....	1073
13.8.7.6.	Perda, quebra, cassação e reforço da fiança.....	1073
Capítulo 14.	Teoria geral dos procedimentos e atos processuais	1076
14.1.	Premissas.....	1078
14.2.	Considerações gerais.....	1078
14.3.	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário.....	1082
14.4.	Recebimento da denúncia.....	1085
14.4.1.	Quantidade de recebimentos da denúncia.....	1086
14.4.2.	Motivação no recebimento da denúncia.....	1087
14.4.3.	<i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia.....	1088
14.4.4.	Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP.....	1090
14.5.	Citação.....	1092
14.5.1.	Considerações gerais e modalidades.....	1092
14.5.2.	Citação real.....	1095
14.5.3.	Citação ficta: citação por hora certa.....	1097
14.5.4.	Citação por edital.....	1099
14.6.	Resposta.....	1105
14.7.	Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	1107
14.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP.....	1111
14.9.	Sentença.....	1120
14.9.1.	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças.....	1120
14.9.2.	Requisitos da sentença.....	1123
14.9.3.	Sentença absolutória.....	1126
14.9.4.	Sentença condenatória.....	1129
14.9.5.	Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i>	1131

14.9.5.1.	<i>Emendatio e Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas.....	1137
14.9.6.	Coisa julgada	1139
14.9.6.1.	Noções gerais – conceito e a coisa julgada parcial.....	1139
14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH	1141
14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	1142
14.9.6.4.	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado.....	1144
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários.....	1146
14.10.	Procedimento comum sumário.....	1152
14.11.	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	1152
14.11.1.	Crêterios orientadores e objetivos do Jecrim.....	1153
14.11.2.	Competência do Jecrim	1154
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim	1155
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69	1155
14.11.5.	Audiência preliminar	1156
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único	1157
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76.....	1157
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento	1160
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	1160
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual – art. 89 da Lei 9.099/1995)	1164
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP.....	1173
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	1176
14.13.1.	Generalidades e pedido de explicações.....	1176
14.13.2.	Procedimento e audiência de reconciliação	1178
14.13.3.	Exceção da verdade e da notoriedade do fato.....	1180

14.14.	Procedimento do Júri.....	1183
14.14.1.	Considerações gerais	1183
14.14.2.	Princípios constitucionais do Júri.....	1183
14.14.3.	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	1188
14.14.4.	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	1192
14.14.4.1.	Requisitos e crimes conexos.....	1192
14.14.4.2.	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição.....	1196
14.14.5.	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP	1203
14.14.6.	Desclassificação – art. 419 do CPP	1204
14.14.7.	Absolvição sumária – art. 415 do CPP	1206
14.14.8.	Preparação da segunda fase do Júri.....	1208
14.14.9.	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP.....	1208
14.14.9.1.	Considerações gerais.....	1208
14.14.9.2.	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade	1211
14.14.9.3.	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade	1213
14.14.9.4.	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP	1214
14.14.10.	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais.....	1215
14.14.11.	Instalação da sessão plenária	1215
14.14.11.1.	Jurados	1215
14.14.11.2.	Ausência do Ministério Público	1217
14.14.11.3.	Ausência do assistente de acusação....	1217
14.14.11.4.	Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	1217
14.14.11.5.	Ausência do acusado.....	1218
14.14.11.6.	Ausência das testemunhas.....	1218
14.14.12.	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP	1220
14.14.13.	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	1223

14.14.14.	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP....	1226
14.14.14.1.	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	1228
14.14.15.	Sala especial e quesitos.....	1236
14.14.16.	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP.....	1245
Capítulo 15.	Nulidades	1250
15.1.	Considerações gerais e natureza jurídica	1251
15.2.	Classificações das nulidades.....	1253
15.2.1.	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade	1254
15.2.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas.....	1258
15.3.	Princípios em sede de nulidades.....	1262
15.3.1.	Princípio da tipicidade das formas	1262
15.3.2.	Princípio da eficácia dos atos processuais	1271
15.3.3.	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades	1271
15.3.4.	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo	1272
15.3.5.	Princípio da causalidade ou da consequencialidade.....	1274
15.3.6.	Princípio da conservação dos atos processuais.....	1275
15.3.7.	Princípio do interesse.....	1276
15.4.	Formas de saneamento das nulidades.....	1278
15.5.	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal	1280
15.5.1.	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz	1280
15.5.2.	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte	1281
15.5.3.	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	1282
15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1290
15.5.5.	Art. 564, inc. V – em decorrência de decisão carente de fundamentação	1290
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis.....	1293

Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....	1296
16.1. Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória	1299
16.2. Classificação dos recursos	1306
16.3. Princípios em matéria recursal	1307
16.3.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	1307
16.3.2. Princípio da voluntariedade	1314
16.3.2.1. Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício)	1315
16.3.3. Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1318
16.3.4. Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos	1319
16.3.5. Princípio da unirecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1321
16.3.6. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	1322
16.3.7. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1323
16.3.8. Princípio da taxatividade	1329
16.3.9. Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum.....	1330
16.3.10. Princípio da dialeticidade.....	1331
16.4. Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação)	1333
16.4.1. Noção.....	1333
16.4.2. Condições recursais.....	1334
16.4.2.1. Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido.....	1334
16.4.2.2. Legitimidade recursal	1335
16.4.2.3. Interesse recursal.....	1336
16.4.3. Pressupostos recursais.....	1339
16.4.3.1. Investidura.....	1339
16.4.3.2. Capacidade de quem formula o recurso	1339
16.4.3.3. Regularidade formal do recurso e tempestividade	1340

	16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	1344
16.5.		Efeitos dos recursos	1347
	16.5.1.	Efeito obstativo	1347
	16.5.2.	Efeito devolutivo	1347
	16.5.3.	Efeito suspensivo	1349
	16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1350
	16.5.5.	Efeito extensivo	1351
	16.5.6.	Efeito substitutivo	1352
	16.5.7.	Efeito translativo	1352
16.6.		Recurso em sentido estrito	1355
	16.6.1.	Generalidades	1355
	16.6.2.	Cabimento	1358
	16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	1358
	16.6.2.2.	Decisão que reconhece a incompetência de juízo	1360
	16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	1361
	16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado	1362
	16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1363
	16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	1363
	16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade	1364
	16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1365
	16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte	1365
	16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1366
	16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1366

16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1366
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade.....	1367
16.6.2.14.	Decisão sobre homologação de acordo de não persecução penal	1367
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito	1368
16.6.4.	Competência recursal	1369
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento	1369
16.6.6.	Efeitos.....	1370
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir	1370
16.6.8.	Procedimento.....	1371
16.7.	Apelação.....	1371
16.7.1.	Considerações gerais	1371
16.7.2.	Cabimento.....	1373
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I.....	1373
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	1374
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP	1376
16.7.3.	Legitimidade	1383
16.7.3.1.	Ministério Público	1383
16.7.3.2.	Acusado	1383
16.7.3.3.	Defensor.....	1383
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros	1383
16.7.4.	Competência recursal	1385
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento	1385
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	1386
16.7.7.	Efeitos.....	1386
16.7.8.	Prazo	1387

16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal)	1388
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade	1388
16.8.1.	Considerações gerais	1388
16.8.2.	Legitimidade	1389
16.8.3.	Cabimento	1389
16.8.4.	Competência recursal	1391
16.8.5.	Regularidade formal	1391
16.8.6.	Efeitos	1391
16.8.7.	Procedimento	1392
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários	1392
16.9.	Embargos de declaração	1394
16.9.1.	Considerações gerais	1394
16.9.2.	Cabimento	1395
16.9.3.	Natureza Jurídica	1396
16.9.4.	Competência recursal	1396
16.9.5.	Legitimidade	1397
16.9.6.	Regularidade formal	1397
16.9.7.	Prazo	1397
16.9.8.	Efeitos	1399
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995	1399
16.9.10.	Procedimento	1400
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos	1400
16.10.	Carta Testemunhável	1401
16.10.1.	Considerações gerais	1401
16.10.2.	Natureza Jurídica	1401
16.10.3.	Cabimento	1401
16.10.4.	Competência recursal	1402
16.10.5.	Regularidade formal	1402
16.10.6.	Efeitos	1402
16.10.7.	Prazo recursal	1402
16.10.8.	Procedimento	1403
16.11.	Agravo em execução	1403
16.11.1.	Introdução	1403

16.11.2.	Cabimento	1403
16.11.3.	Legitimidade e Interesse	1404
16.11.4.	Competência recursal	1405
16.11.5.	Regularidade formal	1405
16.11.6.	Efeitos.....	1405
16.11.7.	Procedimento no juízo <i>a quo</i>	1406
16.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	1406
16.12.1.	Cabimento	1406
16.13.	Recurso Ordinário Constitucional	1407
16.13.1.	Cabimento	1407
16.13.1.1.	ROC para o STF	1407
16.13.1.2.	Limites da Matéria e cabimento	1408
16.13.2.	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	1408
16.13.3.	Procedimento.....	1409
16.13.3.1.	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	1409
16.13.3.2.	Mandado de Segurança	1410
16.14.	Recurso extraordinário e recurso especial	1411
16.14.1.	Considerações gerais	1411
16.14.2.	Cabimento	1418
16.14.2.1.	Cabimento do recurso extraordinário - Generalidades.....	1418
16.14.2.2.	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>a</i> - contrariedade à CF	1418
16.14.2.3.	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>b</i> - declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1419
16.14.2.4.	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>c</i> - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	1420
16.14.2.5.	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>d</i> - julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	1421

	16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ	1421
16.14.3.	Cabimento do recurso especial - generalidades ...	1422
	16.14.3.1. Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>a</i> - contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.....	1423
	16.14.3.2. Cabimento do Recurso Especial - art. 105, III, <i>b</i> - julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1424
	16.14.3.3. Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>c</i> - der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1424
16.14.4.	Recurso extraordinário e especial - legitimidade...	1425
16.14.5.	Recurso extraordinário e especial - interesse recursal.....	1426
16.14.6.	Recurso extraordinário e especial - processamento	1426
16.14.7.	Recurso extraordinário e especial - efeitos	1428
16.15.	Ações autônomas impugnativas.....	1430
	16.15.1. <i>Habeas Corpus</i>	1430
	16.15.1.1. Considerações gerais.....	1430
	16.15.1.2. Natureza Jurídica e eficácia da decisão	1437
	16.15.1.3. Interesse de agir	1438
	16.15.1.4. Possibilidade jurídica do pedido	1439
	16.15.1.5. Legitimidade.....	1440
	16.15.1.5.1. Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP.....	1440
	16.15.1.5.2. Legitimidade passiva - O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1443

16.15.1.6.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	1444
16.15.1.6.1.	Liberatório.....	1445
16.15.1.6.2.	Preventivo.....	1445
16.15.1.6.3.	Profilático ou Preservativo (Trancativo).....	1445
16.15.1.6.4.	Individual e Coletivo.....	1446
16.15.1.7.	Hipóteses de impetração.....	1448
16.15.1.8.	Competência para julgamento.....	1451
16.15.1.9.	Procedimento.....	1452
16.15.1.10.	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	1454
16.15.2.	Revisão Criminal.....	1456
16.15.2.1.	Conceito.....	1456
16.15.2.2.	Natureza Jurídica.....	1457
16.15.2.3.	Condições da ação.....	1457
16.15.2.3.1.	Legitimidade.....	1457
16.15.2.3.2.	Interesse de agir.....	1458
16.15.2.3.3.	Possibilidade jurídica do pedido.....	1458
16.15.2.4.	Hipóteses de cabimento.....	1459
16.15.2.5.	Teses e pedidos na revisão criminal....	1461
16.15.2.6.	Procedimento.....	1462
16.15.2.7.	Ônus da prova.....	1463
16.15.2.8.	Coisa julgada.....	1464
Capítulo 17.	Disposições processuais previstas em leis especiais....	1466
17.1.	Lei de Execução Penal – Lei 7.210/84.....	1467
17.1.1.	Generalidades.....	1467
17.1.2.	Competência da execução penal.....	1471
17.1.3.	Transferência para presídios federais.....	1472
17.1.4.	Deveres do preso e sua disciplina.....	1474
17.1.5.	Disciplina dos condenados – modalidades de faltas, sanções e procedimento.....	1476
17.1.6.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	1486
17.1.7.	Pena privativa de liberdade.....	1493

	17.1.7.1.	Generalidades	1493
	17.1.7.2.	Doença mental superveniente	1496
	17.1.7.3.	Regimes de Cumprimento de pena....	1497
	17.1.7.4.	Unificação de penas	1500
	17.1.7.5.	Limite de cumprimento de penas.....	1502
	17.1.7.6.	Remição da pena.....	1503
17.1.8.		Progressão de regime.....	1506
	17.1.8.1.	Regressão de regime.....	1513
17.1.9.		Penas restritivas de direitos.....	1515
17.1.10.		Medida de segurança - artigos 171 a 179 da LEP....	1517
17.2.		Lei dos Crimes Hediondos - Lei 8.072/90	1518
	17.2.1.	Generalidades e Sistema Adotado	1518
	17.2.2.	Proibição de anistia, graça e indulto	1520
	17.2.3.	Proibição da fiança	1523
	17.2.4.	Regime inicial de cumprimento de pena.....	1524
	17.2.5.	Progressão de regime na lei dos crimes hediondos...	1526
	17.2.6.	Apelação da sentença condenatória e a prisão para recorrer	1528
	17.2.7.	Prisão temporária.....	1529
	17.2.8.	Livramento condicional.....	1529
17.3.		Lei de Interceptação Telefônica - Lei 9.296/96	1530
	17.3.1.	Considerações gerais e premissas conceituais.....	1530
	17.3.2.	Previsão constitucional da interceptação telefônica	1542
	17.3.2.1.	Investigação ou instrução criminal e processos cíveis.....	1542
	17.3.2.2.	Prova emprestada.....	1543
	17.3.2.3.	Dados e comunicações telemáticas... ..	1544
	17.3.2.4.	Cabimento para outras formas de investigação preliminar	1546
	17.3.2.5.	Encontro fortuito de provas (Serendipidade).....	1547
17.3.3.		Cabimento da interceptação telefônica segundo da Lei 9.296/96	1548
	17.3.3.1.	Interceptação telefônica e advogado.....	1549

17.3.4.	Legitimidade para a decretação e requerimento...	1549
17.3.5.	Prazo da interceptação telefônica.....	1552
17.3.6.	Procedimento da interceptação telefônica e normativa do CNJ.....	1553
17.3.7.	Sigilo e inutilização da medida.....	1554
17.3.8.	Aspectos finais.....	1555
17.4.	Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97.....	1556
17.5.	Lei de Tortura – Lei 9.455/97.....	1558
Capítulo 18. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....		
18.1.	O mundo flexibilizado.....	1561
18.1.1.	Globalização e flexibilização.....	1562
18.1.2.	Soberania.....	1565
18.1.2.1.	Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas.....	1566
18.1.3.	Tecnologia e flexibilização.....	1570
18.1.4.	O processo no mundo pautado pela flexibilização.....	1572
18.2.	Flexibilização.....	1579
18.2.1.	O sentido léxico do termo flexibilização.....	1579
18.2.2.	A noção de flexibilização no processo.....	1580
18.2.3.	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal.....	1584
18.2.4.	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização.....	1586
18.2.5.	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade.....	1587
18.2.6.	Planos de flexibilização.....	1589
18.2.7.	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito.....	1591
18.2.7.1.	Flexibilização e legalidade.....	1592
18.2.7.2.	Flexibilização e proporcionalidade.....	1592
18.2.7.2.1.	O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	1596

18.2.7.3.	Flexibilização e razoabilidade	1598
18.2.8.	A operação de flexibilização	1601
18.2.8.1.	A flexibilização e as partes	1605
18.3.	Direitos humanos, devido processo legal e flexibilização	1608
18.3.1.	Considerações iniciais	1610
18.3.2.	Caraterísticas dos direitos fundamentais	1610
18.3.3.	Respeito aos direitos humanos e flexibilização	1612
18.3.4.	Os direitos humanos e as Convenções	1614
18.3.5.	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibi- lização	1615
18.3.5.1.	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Hu- manos	1619
18.3.6.	Direitos humanos, devido processo legal, flexibiliza- ção e a macrocriminalidade	1622
Capítulo 19. Avaliação de aprendizagem		1626
19.1.	Capítulo 1 - Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	1627
19.2.	Capítulo 2 - As fontes do processo penal, sua leitura norma- tiva e a interpretação no processo penal	1627
19.3.	Capítulo 3 - Sistemas processuais penais	1628
19.4.	Capítulo 4 - Princípios do Processo Penal	1628
19.5.	Capítulo 5 - Aplicação da Lei Processual Penal	1630
19.6.	Capítulo 6 - Inquérito policial e outras formas de investiga- ção preliminar	1630
19.7.	Capítulo 7 - Ação Penal e pressupostos processuais	1634
19.8.	Capítulo 8 - Ação Civil	1638
19.9.	Capítulo 9 - Competência	1638
19.10.	Capítulo 10 - Questões e processo incidentes	1642
19.11.	Capítulo 11 - Provas no processo penal	1644
19.12.	Capítulo 12 - Dos atores processuais (os sujeitos do pro- cesso)	1650
19.13.	Capítulo 13 - Medidas Cautelares Pessoais	1651
19.14.	Capítulo 14 - Teoria Geral dos procedimentos e atos pro- cessuais	1656
19.15.	Capítulo 15 - Nulidades	1664

19.16. Capítulo 16 – Recursos e ações autônomas impugnativas ...	1664
19.17. Capítulo 17 – Disposições processuais previstas em lei especial	1669
Capítulo 20. Bibliografia	1674
Apêndice Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal e julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal.....	1684
1.1. Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal	1685
1.2. Julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal...	1690
1.3. Enunciados do Conselho da Justiça Federal	1693